

CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DO BRASIL: ESPAÇO, NATUREZA E SOCIEDADES NA LONGA DURAÇÃO

Ricardo Costa de Oliveira
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Este trabalho procura entender a história do Brasil através da longa duração. As rupturas ocorrem em um conjunto de continuidades na existência do Brasil. A permanência de estruturas sociais e sua inércia ao longo da ocupação e colonização do espaço brasileiro podem ser compreendidas nas sucessivas ondas, pacíficas ou violentas, de presença humana no espaço brasileiro: os grandes grupos gês, os tupis-guaranis, os portugueses, africanos e as grandes migrações do final do século XIX e início do XX. As relações históricas entre as sociedades, o território e a natureza encontram-se localizadas em perspectivas e limites de ação material. Os conflitos étnicos resultam em violentos choques amortecidos em sua duração e intensidade pela espessura do espaço brasileiro. As lutas para a conquista do mundo luso-brasileiro prolongam-se do século XVI até o século XX com diversos episódios. Esta conquista em si está inserida na expansão global da civilização europeia no mundo e na globalização da economia-mundo capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: *Brasil, conquista e colonização, espaço, etnias, longa duração, teatro de operações, sociedades e vida material.*

I. DE CONQUISTAS E COLONIZAÇÕES

Há quinhentos anos a expedição comandada por Colombo alcançava o que seria a América. As ambições, paixões, medos e realizações dos marinheiros desta e de outras jornadas que conquistariam e colonizariam o continente, perderam-se no passado. Escritores, historiadores e cientistas sociais procuram resgatar, organizar e reescrever os acontecimentos e as experiências. Mas o passado é pesado, inerte e denso. Quinhentos anos de

trajetórias e acontecimentos não podem ser modificados. Instituições oficiais pretenderam comemorar o tradicional Descobrimento, na Espanha e em Gênova. Muitos outros detestam a data, o descobrimento e as conseqüências. Russel Means, membro do Movimento Indígena Americano afirmou que "perto do que Colombo fez com os índios americanos, Hitler parece um delinquente juvenil" (*Veja*, 1991: 69). O Conselho Nacional de Igrejas dos EUA declarou que "não é hora de júbilo, mas de penitência" (*Veja*, 1991: 72). Autores, biógrafos e historiadores

acusam Colombo no Tribunal da História (COUTINHO, 1992: 08). E pensar que no quarto centenário havia a proposta de canonizá-lo! Em 1869, Gobineau já declarava que Colombo "era um grande miserável" que não sabia por que "se meteu a descobrir o Novo Mundo" (RAEDERS, 1988: 15). Nós julgamos que comemorar é criticar. A data é importantíssima.

De várias maneiras nós somos o que Colombo iniciou. Ou Cabral inicia. Nós somos a consequência da conquista e da colonização pelo nosso ser mais profundo: nossa língua, nossa cultura, nosso modo de vida, nossa economia-mundo e nossa hereditariedade. Eis algumas das partes constitutivas da nossa alma. Não se deve negar, nem seria possível a recusa de uma das principais fontes de nossas próprias origens. Nossa civilização. Devemos procurar compreender 1492 ou 1500 para nos compreendermos. Podemos mudar o futuro através do presente, mas não o passado. Não o conseguiríamos nem mudando as visões, as imagens, os discursos e as mentalidades. Porque a coisa em si, o passado, é impermeável aos modismos e ao politicamente correto. Comemorar é criticar, modificando-se o ser atual. Uma praxis entre o passado e o futuro. Uma responsabilidade do presente.

A violência, a injustiça e a barbárie não são exclusivas da conquista e colonização da América. Comparando as atrocidades dos tupinambás no Rio de Janeiro com outras ocorridas na França de seu tempo, Jean de Lery, em uma perspicaz crítica ao etnocentrismo do seu tempo, afirmava do século XVI: "Não é preciso ir à América, nem mesmo sair de nosso país, para ver as coisas tão monstruosas" (LERY, 1951: 185). O mesmo poderíamos lamentavelmente dizer: não é preciso ir aos acontecimentos da conquista e colo-

nização da América, nem mesmo sair de nosso tempo, para ver coisas tão monstruosas. Superemos o historiocentrismo. Os americanos são a conquista e a colonização. Mas, seriam estes fenômenos exclusivos apenas deste continente? Quanta carga de emoção, de valores e de identidades não são questionados? Seríamos nós americanos diferentes de outros continentes?

Procuremos. Mergulhando na História, constataremos que as civilizações mais antigas situavam-se no interior das regiões do Mediterrâneo Oriental. O Egito, a Mesopotâmia, os hititas, a Pérsia e as orlas do Egeu. Estas foram as primeiras sociedades a organizarem formas elaboradas de estruturas sociais. Após a Revolução do Neolítico, o progresso geraria classes sociais, Estados, cidades, moedas e alfabetos. Duas áreas promovem transportes e trocas marítimas regularmente. As situadas nos promontórios e arquipélagos do Egeu e as da costa sírio-libanesa. Estas realizam as primeiras operação de penetração econômica e comercial nas terras distantes, expandindo aquela economia original. O crescimento e a prosperidade levariam a uma verdadeira expansão. Na orla ocidental-setentrional, a Grécia, e na costa oriental-meridional, a Fenícia, desbravariam e realizariam a primeira grande corrida rumo ao oeste. Navegando, descobrindo, conquistando e colonizando novos mares e novas terras.

"Comparou-se esse movimento em direção ao Oeste, a partir do século VIII antes da Era Cristã, à colonização do continente americano após 1492 (...). Mas se falamos da América é principalmente porque os colonos encontraram nessas terras longínquas, condições de vida bem melhores do que na Grécia e na Fenícia. No

Oeste tudo é maior e mais rico" (BRAUDEL, 1988: 69).

Cartago, na metade do Mediterrâneo, será a consequência da expansão da Fenícia. Um fruto da colonização do mundo oriental feita à distância. Cartago não apenas é a reprodução da Metrópole, mas algo de novo e original. Semelhante e distinta, e perfeitamente ciente das vantagens que a distância lhe confere em relação ao conturbado velho mundo oriental, com suas guerras. Cartago continua a obra da Fenícia. Colonizando trechos do oeste, da África do Norte e da península Ibérica.

Roma por sua vez a tudo conquistará. Cartago e suas colônias, a Itália, a Grécia e suas colônias, o mundo oriental, a Gália e mesmo as áreas remotas da península Ibérica e da Bretanha. Roma é o Ocidente. Roma é o avanço para as regiões a norte e a oeste. Conquistas espetaculares, colonizações fabulosas.

A conquista da Gália pelos romanos foi rápida e integral (BRAUDEL, 1989: 63). Haveria um paralelo entre a sua rapidez e sucesso com a conquista quase quinze séculos depois, do mundo asteca e inca por parte dos espanhóis. Sociedades organizadas e relativamente ricas, mas divididas e frágeis frente a poucos golpes de impacto por parte de conquistadores resolutos e superiores. Já a conquista do espaço dos futuros conquistadores da América, a península Ibérica, será lenta, difícil e custosa por parte dos romanos. Tal como no futuro caso do Brasil e dos EUA. Tratavam-se de regiões subdesenvolvidas, populacionalmente rarefeitas e selvagens, quando da sua conquista. A Gália e a Ibéria são profundamente latinizadas: Colonizadas material e culturalmente. Língua, costumes, vestuário, modo de

vida, política, enfim toda uma civilização é estruturada.

Portugal, por exemplo, compõe sua população com influências arcaicas, celtas, fenícias e gregas. Latinização, invasão germânica seguida pela árabe e o esforço da reconquista (OLIVEIRA MARQUES, 1983). A Espanha, com poucas diferenças observaria as mesmas linhas. Não os Bascos, que como os montanheseiros são mais impermeáveis. Sim, em termos, para os castelhanos, galegos e catalões. A Gália tornar-se-ia a França Latina. Mesmo a fleumática sociedade inglesa é um dos maiores pontos de encontro, "*melting pot*" do continente. Bretões, romanos, anglo-saxões, vikings e normandos afrancesados criaram o espaço Inglês. A língua inglesa é uma verdadeira síntese lingüística de diversas origens, resultante das várias conquistas e colonizações. Anglo-saxônica no vocabulário cotidiano e greco-latina no vocabulário abstrato e tecno-científico. "*The making of english is the story of three invasions and a cultural revolution*", declara um livro sobre a história da língua inglesa (MACNEIL, MCCRUM, CRAN, 1986: 51).

Saindo da fachada Atlântica da Europa Ocidental das conquistas e colonizações, encontramos o mundo nórdico. A Holanda, a Alemanha, a Escandinávia. Estes são muito menos atingidos na sua formação por grandes transformações do que os espaços antes referidos. E que tal a longínqua China! Braudel uma vez indagou se a civilização chinesa seria a única de primeiro grau, ao compará-la com as civilizações européia e islâmica, que seriam "enxertadas" (BRAUDEL, 1988: III). Em nossa opinião, razões estruturais e materiais explicariam os grandes processos da história como

fenômenos de conjunto. A China se livraria das conquistas assim como retiramos a poeira do casaco ao sacudi-lo, voltando a ser ela mesma. A sua massa absorve ou expulsa os invasores sem grandes transformações na sua essência original. Culturalmente, poderia a China oferecer estruturas intelectuais e equipamentos mentais para colonizar terras e gente remota? Poderia a China em conjunturas favoráveis ter colonizado a Sibéria e ocupado os espaços da Nova Guiné e Austrália? Há um fracasso no Tibete? Típicas perguntas de ucronia, ou estaríamos procurando opções sociais feitas para se conquistar e colonizar enquanto fatos sociais e vontades e destinos coletivos. Ou, onde estaria a vã vontade de conquistar. Talvez o método comparativo nos forneça subsídios à reflexão. Podemos observar a experiência de Portugal e da Holanda. Duas formas de sociedades demograficamente próximas nos séculos de conquistas. Dois tipos de organização e capitalismo, duas formações e duas culturas. Dois empreendimentos e dois projetos de conquista e colonização possíveis. Para não esmaçar a experiência holandesa com o Brasil, tentaremos um campo neutro. Málaca, na atual Malásia, foi ocupada pelos portugueses de 1511 até 1641, quando os próprios holandeses a tomam, permanecendo até 1824. Hoje em dia, ainda há resquícios da ocupação portuguesa. Sobrenomes, arquitetura e mesmo um dialeto considerado tipicamente português do século XVI. A pequena comunidade local que culturalmente atravessa o tempo, também mantém festividades com os nomes dos santos e mesmo um tal de "Intrudu" ainda é comemorado. Dos holandeses pouco resta. *"yet little is left of the dutch occupation"* (PINTADO, 1985). Na África do Sul,

nem a unidade lingüística holandesa é mantida e surge o Africânder!

Seriam as sociedades formadas a partir de conquistas e colonizações as mais adaptáveis e capazes de criar e promover as estruturas culturalmente mais tolerantes e flexíveis? Pensamos que sim. A plasticidade culturalmente é uma das características de sociedades formadas e acostumadas a várias matrizes culturais. Esta é de certa maneira a tese de Gilberto Freyre, na qual a colonização portuguesa expressaria a flexibilidade e versatilidade da sua própria formação na incorporação de outras raças e culturas (Freyre). Para bem conquistar e colonizar é preciso ter sido conquistado e colonizado! 1492 é apenas mais um episódio.

II. DAS COUSAS QUE HÁ NA TERRA

Há um primeiro Brasil. Este Brasil original acompanhava sempre o oceano, raramente se estendendo mais que algumas dezenas de quilômetros do mar. Este é o Brasil de Frei Vicente do Salvador, com suas paisagens naturais, litorais e florestas.

O Cabo de São Roque no Rio Grande do Norte é o ponto da América mais próximo da África. Este divide o litoral brasileiro em duas direções: A costa norte-sul (Rio Grande do Norte-Rio Grande do Sul) e a costa leste-oeste (Rio Grande do Norte-Pará). O Brasil atlântico, que historicamente é o primeiro Brasil, ocupa o setor da costa norte-sul. O Cabo de São Roque é um marco geográfico em uma aproximada *finisterra*.

Ao sul do Cabo de São Roque, onde o Forte dos Reis Magos e a localidade de Natal simbolicamente anunciam o nasci-

mento deste primeiro Brasil, como o nascimento de Cristo anuncia o mundo cristão, começam os elementos que o definem. Na verdade, o grande elemento unificador deste Brasil é o clima que forma a sua distinta vegetação. Esta é o elemento homogeneizador desta longa linha costeira que começa ao Sul do paralelo de 50°S e segue até os seus limites naturais em torno do paralelo 29°S. A sua formação vegetal é conhecida como a Mata ou a Floresta Atlântica. Este complexo ecológico relativamente semelhante é denominado pelos especialistas de Floresta Perenifolia Higrófila Costeira e atualmente de Floresta Ombrófila Densa (VELOSO e RANGEL LIMA, 1991). A Floresta e suas áreas de transição compõem um meio ambiente que cobre a Costa norte-sul desde um Rio Grande até o outro. Poucas partes do mundo possuem um ecossistema que se prolonga por mais de 20 graus quase ininterruptamente.

A Planície Atlântica do primeiro Brasil foi o grande tesouro d'além mar que Portugal descobriu e colonizou entre todas as terras dos descobrimentos. A Floresta Atlântica, caracterizada pela sua diversidade e beleza, seria mais especial que as especiarias asiáticas. "muito fértil, mui sadia, fresca e lavada de bons ares e regada de frescas e frias águas", diria Gabriel Soares de Souza no século XVI (SOUZA, 1987: 39). Na Mata há abundância de lianas, cipós, bromeliáceas, epífitas e orquídeas. As suas árvores são de grande porte e sempre verdes. Jacarandás, Perobas, Ipês e muitas mais. Vária palmáceas e muitos palmiteiros. Embaúbas e samambaias. O Pau-Brasil, um dos produtos da Mata, que batizaria o país, possui grandes ocorrências ao norte do Trópico. formações litorâneas, pântanos, manguezais, dunas, várzeas e restingas

próximas a orla marítima, complementavam os cenários naturais deste mundo verde. Logo, os portugueses trariam várias outras plantas tropicais da África e da Ásia, se misturando e se aclimatando, como os coqueiros, as mangueiras, a palmeira imperial e muitas outras, vindas de todo o mundo.

O limite norte do Brasil Atlântico é a transição climática do litoral do Rio Grande do Norte. Após o Cabo de São Roque e a Ponta Calcanhar, a oeste, o sertão semi-árido alcança o mar e a caatinga se aproxima das praias. Moçoró, a 50 quilômetros do Atlântico se considera uma cidade sertaneja (ANDRADE, 1964: 26). Macau, já nos domínios da Costa leste-oeste, devido às suas marés e a baixa umidade, produz pirâmides de substância branca: o sal. Ao Sul do cabo, nas várzeas do Rio Grande do Norte, a substância branca da Costa norte-sul por excelência: o açúcar. A esquina do cabo de São Roque é uma fronteira climática, vegetal e um diferencial de fortunas.

No sul, os limites da Floresta Atlântica encontram-se no início do arenoso litoral gaúcho próximo a Torres. A inflexão geográfica ao sul do Cabo de Santa Marta e o término das escarpas e montanhas logo após a fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sinalizam as mudanças. O limite meridional dos manguezais situa-se por mais ou menos na região de Araranguá. A Floresta Atlântica ocupava apenas um pequeno trecho do nordeste gaúcho, entre a Serra Geral, as lagoas litorâneas e a praia. Quem vai de Laguna (SC), até a Lagoa dos Patos (RS), sai das montanhas e da floresta para o litoral arenoso, de vegetação rasteira varrida pelo vento. Do Cabo de Santa Marta ao Sul de Laguna, para Torres, passamos do clima

subsequente para o clima mesotérmico, mais frio (NIMER, 1990: 183). Os turistas argentinos que vem do Prata sabem que de Laguna para o norte, eles já entraram em um mundo "tropical" de veraneio exótico, razoavelmente diferente do seu. Um viajante que vá de Laguna até Natal, perceberia algumas diferenças, mas ele observaria que estaria sempre em um mesmo ambiente com a Floresta Atlântica o acompanhando. Ele constataria muitas diferenças e atravessaria uma fronteira climático-vegetal se saísse de Tubarão para São Joaquim em Santa Catarina. De Paranaguá para Curitiba no Paraná. Do Rio de Janeiro para Barbacena em Minas Gerais. De Ilhéus para Vitória da Conquista na Bahia. De Recife para Caruarú em Pernambuco. De João Pessoa para Campina Grande na Paraíba. De Laguna até Natal, quase 4.000 quilômetros de litoral. Das primeiras localidades para as segundas, menos de 200 quilômetros, 100 quilômetros, do Brasil Atlântico para fora dele.

À unidade natural do espaço e da paisagem, correspondem as possibilidades de unidade humana. A unidade da Costa norte-sul, a unidade do litoral é a humanidade tupi-guarani no início do século XVI. As suas migrações históricas são o objeto de estudo de diversos autores (METRAUX, 1927). De procedência do sudoeste da Amazônia, estes teriam alcançado a bacia do Prata e chegado ao litoral do Paraná (mais ou menos em 500 DC), daí, de acordo com datações do C-14, rumaram para o norte, chegando à Bahia no século XIII (TEIXEIRA DA SILVA, 1990: 38). A partir dos textos clássicos, Metraux estudou a sua civilização material, e Florestan Fernandes a sua organização social. Os tupi-guarani dominavam áreas do Paraguai, Paraná, trechos do Rio Grande

do Sul e quase toda a costa norte-sul. Grupos tupi-guarani encontravam-se do Prata até a Amazônia. A sua língua comum era falada a distância de milhares de quilômetros.

Em sua ocupação do litoral Norte-Sul, o Brasil Atlântico, os tupi-guarani expulsaram e deslocaram as populações previamente estabelecidas, principalmente o grupo gê. Quando da conquista portuguesa, a memória da conquista tupi ainda era lembrada. Os tupis denominavam os não-tupis pelo termo de tapuias, ou contrários. Esta ofensiva étnica e lingüística possuía no século XVI a sua conjuntura. Gabriel Soares de Sousa e Anchieta a relatam (ESTEVÃO PINTO, 1935: 126):

"Destes tapuias foi antigamente povoada esta costa, como os índios afirmam e assim o mostram muitos nomes de muitos lugares que ficaram de suas línguas que ainda agora se usam."

Toda a terra estava habitada por populações indígenas, mesmo as áreas mais inóspitas da Américas. A América possuía uma história demográfica, material, econômica, técnica, social, cultural, política e militar que os europeus encontram em sua dinâmica estrutural e conjuntural. Difícil de ser recuperada e escrita, mas decisiva nos acontecimentos do século XVI. O número dos homens, seus produtos agrícolas e animais, suas técnicas, seus saberes, seus recursos, sua organização política, suas capacidades militares, enfim, toda uma situação de conjunto existente que será surpreendida pelos europeus. Também as suas divisões. A situação de hostilidade e belicosidade entre os gentios e os seus vizinhos. Sua territorialidade. Introduziremos um conceito que procura expressar um conjunto de determinações

espaciais, climáticas, vegetais e históricas. A terra, o homem e a paisagem existem dentro de teatros de operações. O primeiro Brasil, o Brasil Atlântico da Floresta Costeira, da Costa norte-sul, banhado a leste pelo oceano e limitado a oeste pelas elevações e escarpas do relevo que delimitam outras vegetações e paisagens, é o teatro de operações do Brasil Atlântico. Este teatro de operações é uma estreita faixa latitudinal do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul. Sua razão de ser é a exuberante Floresta Atlântica.

Começaremos a sua descrição geopolítica do início do século XVI. Na seção norte, nas terras da Paraíba e do Rio Grande do Norte, estavam os potiguaras, que também incursionavam na Costa leste-oeste, principalmente na safra dos cajus do litoral cearense (METRAUX, 1928: 13). Nas proximidades do norte de Pernambuco, estavam elementos tabajaras (METRAUX, 1928: 16-18). De Pernambuco até os limites do São Francisco, os Caetés (METRAUX, 1928: 13). Do São Francisco até os limites do Camamu, incluindo a baía de Todos os Santos, Tupinambás (METRAUX, 1928: 13). Os Tupiniquins ocupavam o litoral de Ilhéus, Porto Seguro e trechos do Espírito Santo (METRAUX, 1928: 14).

A seção norte do teatro de operações conheceu duas invasões. A primeira, a dos tupiniquins ou tabajaras, cuja onda deste grupo, expulsa os povos de língua travada, os tapuias. Estes são encontrados no teatro de operações da caatinga. Os Cariris, grupo do tronco Macro-gê, ocupavam desde locais na Chapada Diamantina até a Costa leste-oeste, como o sub-grupo Tremembé, na área do Jaguaribe. Nas cabeceiras do Paraguaçu e nas escarpas do Planalto

Baiano, atrás de Ilhéus e de Porto Seguro, outro grupo gê, os Aimorés. A segunda invasão também é tupi, os tupinambás, que deslocam os tupiniquins de algumas de suas posições, como na baía de Todos os Santos e em outros trechos (METRAUX, 1928: 17; SOUZA, 1987: 299; ABREU, 1982: 63). Há uma nítida oposição étnica na seção norte do teatro de operações. O litoral é tupi. O sertão é tapuia. O litoral é uma importante fonte de recursos devido ao encontro de dois ecossistemas: O terrestre e o marítimo. Havia subgrupos tupi em trechos favoráveis do sertão. Tabajaras na Serra da Ibiapaba, Amoipiras no vale do São Francisco, mas, estas áreas, como o litoral e os mangues, não se comparavam à rudeza das caatingas. Em termos gerais, a Costa Atlântica é tupi, as caatingas dos sertões, Macro-gê ou simplesmente tapuia.

Ao sul do Espírito Santo, nas alturas do Cabo de São Tomé, em uma atípica região de campos próximos do litoral e do Paraíba do Sul, os goitacazes, um grupo não tupi (SOUZA, 1987: 95). Onde a Floresta se limitava, encontravam-se gês?

Do Cabo Frio até aproximadamente o litoral entre a divisa de SP e RJ, encontravam-se novamente elementos de uma faixa tupinambá, também chamados de Tamoios (FERNANDES, 1989: 25-32). Na área de São Vicente e no planalto de Piratininga, de novo os tupiniquins (ABREU, 1982: 235-261).

De Cananéia para o sul, até Santa Catarina, e também penetrando até o Paraguaçu: Os guaranis ou carijós (ABREU, 1982: 117). No sentido do sul, abandona-se o teatro de operações da Floresta Atlântica e o teatro de operações do Planalto Meridional e ganha-se o teatro de operações dos Pampas. Na campanha ao

Norte do Rio da Prata, encontramos populações não tupi-guarani, no atual Uruguai, os charruas e os minuanos (BECKER, 1984: 52). Há uma enclave guarani nas ilhas da desembocadura do Prata (METRAUX, 1928: 35-38).

Em termos geopolíticos, a conquista tupi-guarani ocupou quase todo o teatro de operações da Costa norte-sul, o Brasil Atlântico por excelência, o Brasil da Floresta Costeira. Este possuiria um formato semelhante ao atual Chile. Latitudinalmente extenso, mas carente de profundidade. Apenas a seção sul, o sub-espaço guarani apresentava características mais compactas. Esta era uma área mais densa, com suas rotas que impressionarão o europeu, como o "caminho" do Peabirú (CHMYZ, 1986: 22).

III. DESCOBRIMENTO DO ENCONTRO: RUPTURAS E CONTINUIDADES

Portugal surge através e pela (re)conquista. Lisboa é conquistada em 1147. O Algarve, na metade do século XIII, completa o espaço europeu do país. Os castelhanos são derrotados em 1385, em Aljubarrota. Ceuta é tomada em 1415, iniciando-se o Império na África. As Ilhas do Atlântico, a Madeira, os Açores, Cabo Verde e São Tomé ingressam no mundo português no século XV, assim como outros pontos da África. A colonização das Ilhas mais setentrionais revela um projeto colonizador integral. O périplo da África e a Armada de Vasco da Gama na Índia em 1497/98 e o descobrimento oficial do Brasil em 1500, expressam o vigor sócio-econômico do expansionismo lusitano.

Portugal possui uma população um pouco superior a um milhão de

habitantes no início do século XVI (BOXER, 1981: 70). Este, logo controlará rotas da Europa até o Japão, em um império no estilo fenício. Comércio e transportes navais, apoiados em uma série de pontos fortes através dos litorais africanos e asiáticos. Rotas marítimas e uma rede de feitorias-fortalezas-cidades a estruturá-las, nelas se estruturando (BRAUDEL, 1979: 181).

No início, o Brasil entra marginalmente no esforço do Império. Apagado pelas Índias, mas não abandonado pelos interesses lusitanos. Expedições exploradoras e comerciais procuravam os "frutos exóticos" da terra. Há uma certa economia do Pau-Brasil. Quase junto da chegada dos portugueses, chegam os franceses ao teatro de operações do Brasil Atlântico. Originários principalmente da Bretanha e da Normandia, setores marítimos do norte da França.

A história do Brasil no século XVI será (ainda) dominada pelo peso das sociedades indígenas. O europeu é pouco numeroso, mas a sua intervenção e influência lentamente penetrarão e dinamizarão o mundo brasileiro. As suas características permanecerão influentes, de certa maneira até o século XX. A sociedade luso-brasileira se constrói se apoiando sobre o mundo indígena. No início, quase que boiando sobre a massa brasileira. A conquista e a colonização portuguesa no Brasil é a história de uma pequena superestrutura articulada sobre uma imensa infra-estrutura indígena que lentamente é desafiada, incorporada, modificada e destruída. A humanidade indígena continua por séculos em suas manifestações, apesar de subjacente à sociedade luso-brasileira, que possui a iniciativa e a supremacia em vários sentidos, consegue o mundo índio

imprimir seus traços de maneira decisiva na sociedade brasileira que surge. Ao contrário do México e do Peru, onde a superestrutura espanhola passa imediatamente após a conquista a controlar a organizada massa indígena, no Brasil, a fragmentação e o primitivismo dos grupos, manterá por algum tempo a sua autonomia na vasta espessura espacial do Brasil. Quando a conquista e a colonização gradualmente avançarem a partir do Brasil Atlântico, os grupos indígenas aliados aos portugueses continuarão existindo na longa duração, interagindo e sendo modificados pelos portugueses, mas também fazendo-os entrar nos seus ritmos e jogos sociais. No início da colonização do Brasil, antes que a cultura, o modo de vida, a economia, a pólvora, os mamelucos e africanos estabelecessem a civilização européia, os índios possibilitam a existência do primeiro Brasil. Os tupis, dentre estes, os tupiniquins, serão aliados imprescindíveis. A hostilidade entre os índios será essencial para que o Brasil se abra. Pero de Magalhães Gandavo comentará sobre estes tempos pioneiros:

"& assy como são muitos permittio deos q fossm contrários hus dos outros. e que ouuesse antrelles grandes ôdios e dicordias porq se assy não fosse os portugeses não poderiam viuer na terra ne seria possivel conquistar tamanho poder de gente" (GANDAVO, 1965: 179).

Os portugueses possuíam várias vantagens e a iniciativa. Os franceses sucediam-nos. As massas indígenas reagiam muito mais vagarosamente. Considerando-se os elementos operacionais, civilizatórios, técnicos, militares e os recursos materiais e humanos colocados no teatro de operações do Brasil Atlântico do século XVI, procuraremos constatar

algumas conclusões para a formação do Brasil resultante da conquista e colonização.

Portugal: Estado centralizado e organizado. Capacidade de mobilização militar e naval elevada para os padrões da época. Equipamentos, navios, marinheiros e soldados de boa qualidade, com experiência em vários teatros de operações do Império (Atlântico, África do Norte, Índico e Ásia Oriental). As armadas de importância têm grande poder de fogo (Cristovão Jaques, Martim Afonso de Souza, Tomé de Souza, Bartolomeu de Vasconcelos). Vantagem da sua presença histórica ao longo dos anos no Brasil Atlântico, que apesar de esparsa e rarefeita, estrutura após algumas décadas um grande número de contatos a partir de naufragos, degredados, desertores e outros que viabilizam pontes entre a sociedade portuguesa e as indígenas (Caramuru, João Ramalho, Bacharel de Cananéia, Francisco Chaves, etc). Base antropológico-socio-econômica pertinente ao mundo tropical. Da posição de Portugal e de suas Ilhas Atlânticas provêm modelos organizativos, produtos agrícolas, plantas e animais. Um modelo de um modo de produção e mão de obra adaptáveis ao ecossistema do Brasil Atlântico. É o caso do plantio da cana de açúcar (Ilha da Madeira, São Tomé), suas técnicas, seu processamento e sua atividade. O gado brasileiro, acostumado a condições rústicas (Ilhas de Cabo Verde, de clima semelhante ao semi-árido nordestino). O modelo das Capitânicas Hereditárias é um modelo organizativo aplicado na Ilhas. O escravismo negro, também é uma experiência Atlântica. O condicionamento físico e psicológico dos portugueses ao Trópico, sua cultura inter-étnica e a questão da mestiçagem, antecedem o

projeto brasileiro. Podemos afirmar que a colonização do teatro de operações do Brasil Atlântico é o prolongamento do Império Lusitano das Ilhas do Atlântico. A colonização a sério do Brasil começa com a relativa saturação do açúcar das ilhas. É como resposta a crise do meio do século XVI. A invenção do Nordeste açucareiro apenas começa a se estruturar a partir da década de 40. (GODINHO, 1990: 103). Portugal também está integrado nos centros dinâmicos da economia-mundo. Em Antuérpia havia contatos e acessos aos mercados e capitais internacionais a serem utilizados pela colonização. A religião é inseparável da conquista. A partir de 1549 há a possibilidade de uso de uma das maiores armas ideológicas da Contra-reforma: os jesuítas e sua intervenção no mundo indígena (LEITE: 1938). As desvantagens portuguesas encontravam-se na imensidão dos seus teatros de operações mundiais, e no relativo interesse secundário no Brasil, no início do século XVI. No geral grandes trunfos para o Brasil.

A França no século XVI era uma sociedade populosa no contexto europeu. Porém sofre de grandes divisões internas e logo de guerras de religião. Longe de ser uma sociedade organizada e um Estado Nacional como Portugal. Nas operações da França Marítima, a França Terrestre e o Estado em construção concediam limitado apoio. A Bretanha e a Normandia situavam-se próximas do centro dinâmico do capitalismo mundial. Há certa tradição de navegação no Atlântico. Grande capacidade de escolha de onde atuar, baseada nas oportunidades presentes no teatro de operações do Brasil Atlântico, sub-controlado por Portugal. A guerra de "Corso" e incursões organizadas logo

se sucederão. A procura pelos "frutos exóticos" e pelo Pau-Brasil rivalizará e talvez mesmo tenha sido superior as incursões lusitanas (ABREU, 1982: 63). A grande limitação francesa será a ausência de bases antro-po-socio-econômicas tropicais disponíveis no século XVI. O açúcar, que permite a Portugal um salto quantitativo e qualitativo a partir do escambo e da comercialização para um modo de produção, eliminará os franceses em breve do Brasil.

As sociedades indígenas apresentavam grande demografia presente no teatro de operações. As divisões étnicas e grupais com os constantes atritos e violência entre os gentios vizinhos podia ser de baixa intensidade, com escaramuças locais e canibalismo ritual, ou de alta intensidade, com expulsão ou destruição total de adversários e ocupação de territórios, como no caso das migrações históricas. Os brasílicos apresentavam baixa capacidade econômica e técnicas rudimentares. O peso do seu número e as suas habilidades guerreiras poderiam se equiparar ao instrumental militar europeu em algumas ações táticas. No interior da floresta úmida, o arco poderia mesmo ser superior à pólvora e as armas de fogo portáteis do século XVI. O seu grande número de guerreiros praticamente inviabiliza operações terrestres de europeus sem o seu apoio. No entanto, faltava ao indígena concepções estratégicas mais amplas. A pólvora e a artilharia européia podiam manter pontos fortes nos litorais e nos rios largos com abastecimento naval, quase que imbatíveis frente aos indígenas. Os brasílicos também possuíam uma original cultura material: Plantas alimentares, técnicas e um vasto acervo de saberes etno-botânico-zoológico-geográficos compatíveis com o Trópico.

Todos estes saberes e práticas viabilizariam a presença humana dos europeus no teatro de operações Atlântico. O seu isolamento os tornavam vítimas de uma guerra bacteriológica implícita: As doenças que os europeus trariam com os seus corpos será mais um elemento de-sestruturador do mundo índio.

Depois desta rápida contabilidade geopolítica, procuraremos entender o que se passou. De 1500 até 1530, apresenta-se uma fase de baixas atividades. Expedições exploradoras, comerciais ou guarda-costas. As bases remotas são lançadas com o conhecimento da terra e os primeiros contatos. Fraco nível de organização institucional. Feitorias, pontos povoados e as Capitanias de Terra e Mar de pouco resultado operacional. Mas os primeiros alicerces são lançados. As relações no Brasil Atlântico são mais violentas entre os europeus (portugueses X franceses) do que entre estes e os indígenas. Grande número de acontecimentos, por exemplo: O corsário francês Mondragon é preso em Lisboa (1509). Cristovão Jaques enforca e "faz tiro ao alvo" nos entrelopos capturados após combate no Brasil Atlântico (1526/27). Os franceses capturam um navio português após uma tempestade e lançam todos os jesuítas que se destinavam ao Brasil ao mar (1570). E poderíamos citar muitas mais descrições das relações européias no caminho do Brasil no século XVI e XVII (MAURO, 1977, CORTESÃO, 1955: 28; HOLANDA, 1968: 161).

A fase de baixo impacto, caracterizada pelo escambo e pela comercialização do Pau-Brasil, é quebrada por notícias provenientes do sul. Dom Nuno Manuel e Cristovão de Haro exploram o Rio da Prata em 1513/14, onde descobrem notícias de prata, que assim batizará o

estuário. Os castelhanos enviam a expedição de João Dias Solis que alcança o estuário em 1516. Os índios da região o matam. Os sobreviventes retornam, e nas alturas de Santa Catarina, um naufrágio lança vários homens naquela área. Um dos naufragos, o português Aleixo Garcia, será o protagonista de uma das grandes aventuras tão comum no período. Garcia após alguns anos com os carijós do litoral, organiza uma expedição que alcança a periferia do Império Inca. Saqueia algumas localidades, retornando pelo Paraguai-paraná, onde será assassinado. A sua história foi relatada por Cortesão (1955: 28), como descrita por vários autores, Simplesmente Garcia entrou em contato com a humanidade guarani ou carijó. O aventureiro segue as suas rotas que atravessavam desde o litoral Atlântico até o Paraguai, de lá penetrava-se até a periferia dos Andes. Isto teria se passado em 1522. Apesar dos guaranis o terem matado, as notícias de riquezas e da possibilidade de alcançá-las chegam até o Brasil Atlântico como a lenda do Rei Branco e da Serra da Prata.

Sebastião Caboto que se dirigia para as Molucas, porque os espanhóis já atravessaram Tordesilhas, toma conhecimento das notícias em Pernambuco e desvia a sua rota para o Prata (CORTESÃO, 1955: 36). Não consegue estes resultados favoráveis. Em 1528 as notícias chegam a Portugal.

De um teatro de operações de baixo impacto para o alto impacto. A América do Sul entra na grande política européia. Se Cortez em 1519 descobrira por trás das montanhas do México uma impressionante civilização com vastas riquezas, poderiam as terras do sul oferecer o mesmo. Indícios é que não faltavam. As potências Ibéricas desejam evitar qual-

quer confronto naquele momento, porque a política internacional dos dois Estados é complicada no momento com vários outros problemas. Em 1529 é assinada a Capitulação de Saragosa, procurando resolver os atritos das Molucas.

A resposta portuguesa é a Armada de Martim Afonso de Souza. Desde Cabral que nenhum outro quadro elevado vinha para o Brasil com tanta responsabilidade e poderes. Esta expedição representa um salto qualitativo na política portuguesa para o teatro de operações. O pano de fundo era a possibilidade de metais no interior. A corrida para as riquezas do Inca estava em pleno curso. Pelo lado lusitano: Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes, especulariam pelo Atlântico. Pelo lado espanhol: Francisco Pizarro, que já tinha arrombado as portas de entrada ao mundo Inca. E a melhor porta, pelo Pacífico e pelo litoral peruano. Após alguns reconhecimentos e uma viagem a Espanha, Pizarro partia em janeiro de 1531 do Panamá para a Conquista do Peru. Martim Afonso que partira de Portugal em fins de 1530, e pior ainda, outra grande figura do lado espanhol, Dom Pedro de Mendoza que parte apenas em 1536, quando os resultados de Pizarro já são conhecidos, revelam a dificuldade de se chegar aos incas pelo Atlântico e pelo Brasil da Costa norte-sul.

A expedição de Martim Afonso terá importância especialmente em duas áreas. Em Pernambuco, onde havia uma feitoria, há combates e derrota francesa, com a participação de Pero Lopes. Em São Vicente, onde havia um povoado, Martim Afonso com o apoio de João Ramalho e dos índios locais, procura institucionalizar as vilas de São Vicente e Piratininga no planalto. No prata, os re-

sultados da jornada de Pero Lopes são limitados. Na criação de Piratininga já existe a preocupação de se alcançar o interior continental. O que resta da corrida à prata dos incas. São Vicente e Piratininga são criados em 1532 como consequência da expedição de Martim Afonso. O outro fidalgo, o espanhol Dom Pedro de Mendoza, fracassa no que parecia ser uma via aberta para a Serra da Prata. Mendoza morrerá na sua volta, após muitas desgraças e fracassos. Da sua expedição resultarão a criação de Buenos Aires (1536) e Assunção (1537). Lima, a futura "Cidade dos Reis", criada em 1535, vence a corrida e ganha a riqueza. No período colonial, esta em nada se comparará com as suas rivais Atlânticas. Assunção e Piratininga, que desembocaria na futura São Paulo, sobreviverão custosamente, graças a infra-estrutura indígena. Buenos Aires será abandonada em 1541 para só ser refundada em 1580, quando o Brasil Atlântico e o contrabando a ativarem.

IV. FORMAÇÃO DO BRASIL. CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DOS BRASIS

Nesta parte procuraremos investigar a história profunda do Brasil. O arcabouço estrutural e o peso e densidade do social e do econômico em suas dialéticas com o espaço. Estaremos na dimensão da longa duração, na construção da própria civilização humana no Brasil. Nos teatros de operações espaciais da América do Sul Oriental, percebemos os longos processos históricos articulados em sua base espacial, vegetal e material em cujas paisagens, seguem-se os momentos das humanidades em seus períodos históricos. Dos páleo-índios, às

populações arcaicas, estudados pela arqueologia até a nossa etnografia histórica a partir do século XVI, com o destino dos grandes grupos gês, com a chegada do tupi-guarani e dos portugueses, com diferenças de poucos séculos de distância, na nossa referência que é o Brasil Atlântico, perceberemos uma construção histórica que originará os brasileiros. Entre os passados arqueológicos, os grandes troncos brasílicos do século XVI, os portugueses e os seus consorciados, à força (os africanos), ou à vontade (grande migração dos séculos XIX/XX), há a formação de uma sociedade e de um destino coletivo. Cada fase conquista à terra pequenas vantagens, lentas e graduais conquistas, um acúmulo de conhecimentos e saberes que serão utilizados em fases posteriores. O passado permanece no futuro. Os fatos sociais e as realidades históricas possuem sua própria e específica inércia. Entre os momentos históricos, há sobreposições, prolongamentos e continuidades mais abrangentes do que se possa imaginar. E difíceis de serem percebidas e reconhecidas na curta duração da conjuntura.

"É um engano supor-se, como se tem afirmado, que as relações entre o homem e a terra brasileira se dividem em duas fases profundamente diversas, se não opostas: a era pré-cabralina, ou seja a do aborígene no seu estado puro, senhor único das costas, das selvas e dos rios; e a da colonização pelos adventícios..." (CORTESÃO, 1965: 11).

Após a expedição de Martim Afonso, e o fim, ou pelo menos o adiamento do projeto de se encontrar riquezas metálicas fáceis, novas políticas seriam necessárias para se combater a pressão francesa. A perda do Brasil seria impen-sável, pois o Brasil Atlântico era o con-

trole das rotas portuguesas para a Ásia devido a "Volta da Guiné". Surge o modelo das Capitanias Hereditárias.

Duas áreas serão decisivas para a consolidação da colonização portuguesa no Brasil: São Vicente e Pernambuco. Apresentaremos as razões geopolíticas e econômicas do seu relativo sucesso.

São Vicente possui duas vantagens básicas. A existência de ilhas no litoral, garantindo bons portos e boas condições de segurança, e a presença quase que imediata do planalto em suas proximidades. Em nenhum outro lugar do teatro de operações do Brasil Atlântico, a Serra Costeira está tão adjacente à planície litorânea. A subida para o planalto neste ponto, é uma fusão entre a Serra do Mar ou de Paranapiacaba e as ilhas da baía atlântica. Há um verdadeiro degrau que une o litoral com o sertão. O rio Tietê e seus formadores que correm para o oeste e pertencem a bacia do Prata são facilmente acessíveis. Nenhum outro ponto do litoral brasileiro apresenta tão poucos quilômetros separando uma bacia interiorana conduzindo de perto do Atlântico para o sertão. Em São Vicente-Piratininga, a natureza parece querer unir, ao aproximar muito, o continente com o mundo atlântico, o interior com a costa. Outra verdadeira dádiva da natureza que os homens não deixarão passar.

A junção São Vicente-Piratininga e logo o bloco Santos-São Paulo, possibilita a articulação mais direta entre o teatro de operações do Brasil Atlântico e o interior continental. São Paulo é um verdadeiro portal dimensional entre o Império Atlântico e os sertões. Os indígenas disso sabiam e o utilizavam. Os tupiniquins estavam estabelecidos nesta área, no litoral e no planalto (ABREU, 1982: 235-261), e usavam algumas tri-

lhas e picadas como caminho entre os dois ambientes. João Ramalho integrará estes grupos e servirá como intermediário quando da chegada informal e mesmo oficial dos portugueses, com a expedição de Martim Afonso reconhecendo institucionalmente as localidades de São Vicente e Piratininga. Núcleos potencialmente agregadores das populações índias, portuguesas e mamelucas no estratégico gargalo. As grandes vantagens geográficas já foram levantadas por vários autores (Capistrano de Abreu, Caio Prado Jr. e Cortesão). Apesar das relativas dificuldades de se atravessar a Serra entre o litoral e o planalto, este ponto é relativamente curto e transitável. O melhor do RN até o RS. Em São Paulo existe um degrau, sem a presença de uma cadeia de montanhas acima do planalto como no Paraná. Nem uma transição lenta, densa e aparentemente interminável como no sul da Bahia e no Espírito Santo. O clima no planalto de Piratininga é sub-tropical amenizado pela altitude (+ 700 metros) e pela proximidade do Trópico de Capricórnio. Os campos naturais do planalto e seu clima foram aliados da civilização, ao viabilizarem uma agricultura e uma pecuária semi-européia e semi-tropical, adaptável aos produtos europeus e tropicais em um nível razoável. Também os campos significam visibilidade e segurança militar frente à selva e aos inimigos. Desde antes de Martim Afonso, São Vicente já abastece algumas das expedições destinadas ao Prata (CORTESÃO, 1965: 65).

São Paulo permite o acesso e o domínio geográfico de várias rotas. O Tietê é uma rota em si. De São Paulo ganha-se facilmente o vale do Paraíba do sul, em direção a Mantiqueira ou ao Rio de Janeiro. O sul de Minas Gerais também está próximo. As rotas terrestres para o

norte de São Paulo e para Goiás e as fluviais para o oeste até o Paraguai e Mato Grosso, serão ativadas quando os aventureiros e as bandeiras as reclamarem. Para o sul, segue-se a Serra de Paranapiacaba no rumo do teatro de operações do planalto meridional, para o Paraná e para o extremo sul. Para cada possibilidade geográfica, a história construirá suas rotas, tráfegos, tráfegos e cidades nos próximos séculos.

Martim Afonso percebera a potencialidade geopolítica da área. Santos surge devido ao assoreamento de São Vicente, com o desmatamento. Os primeiros engenhos de açúcar do Brasil serão instalados na sua ilha, bem defensável (MAGALHÃES, 1953: 23). São Paulo será a fusão de três elementos: A sociedade civil do planalto (portugueses, índios e mamelucos), a sociedade religiosa (principalmente os jesuítas) e a sociedade política (o Estado e suas instituições locais). São Paulo seria mais forte que as suas predecessoras no planalto, Piratininga e Santo André devido a esta fusão. Nada também como a guerra externa para a união interna. Em 1558, quando da sua formação, os conflitos com os tamoios estavam no auge. São Paulo será atacada em 1562. Resistirá. Logo a sua vida material substanciada pela policultura garantirá certa prosperidade, que levará a ofensiva histórica do final do século XVI, XVII e XVIII (SALVADOR, 1978: 81-122).

Pernambuco, em torno da região de Olinda e Igarapé, também é uma área de especial interesse. Desde antes das Capitânicas Hereditárias, já havia uma feitoria em Pernambuco, palco de combates contra os franceses. A floresta Atlântica que no Rio Grande do Norte e na Paraíba ainda é parcial (Mata de Várzeas), ganha presença e volume em Pernambuco, si-

gnificando a Zona da Mata, o complexo florestal contínuo e abundante mais próximo da Europa. Outras vantagens geográficas também são consideráveis. Rios que penetram a terra como se fossem braços de mar, ilhas adjacentes ao continente, pontos que servem como portos protegidos por trás de recifes penetráveis, e mesmo a existência de colinas em Olinda, semelhantes a Lisboa. A generosa várzea do Beberibe e Capibaribe ao sul de Olinda, com seus riquíssimos solos de massapê. O clima no norte de Pernambuco é satisfatório em termos de umidade para a cana de açúcar, e a presença de um pequeno estio de janeiro a março também favorece a abordagem inicial da colonização e derrubada da Mata. No sul de Pernambuco a unidade já é mais intensa (ANDRADE, 1964: 10). Em termos geográficos, a região de Olinda era o ponto mais viável para se iniciar um projeto de colonização na seção norte do teatro de operações. O ponto provavelmente mais oportuno para uma cabeça de ponte civilizatória. Outros fatores humanos corroborariam o sítio.

No plano etnográfico, o norte de Pernambuco era um espaço plural, zona de transição e fronteira entre o gentio potiguar ao norte, tabajara em torno e a oeste de Olinda e caeté ao sul. O europeu se beneficia das divisões como sempre. Pernambuco é a "nata da nata" da Zona da Mata nordestina, em si a "nata" úmida do nordeste. O entorno de Olinda é muito melhor que o estreito e limitado litoral do Rio Grande do Norte e da Paraíba, melhor que os baixios de Alagoas e preferível as terras mais rudes e arenosas do litoral de Sergipe e do norte da Bahia, utilizados inicialmente pela pecuária. Apenas a Baía de Todos os Santos pode se rivalizar com Pernam-

buco, na seção norte da Floresta Atlântica.

Mais uma vez constataremos a versatilidade da sociedade portuguesa. Como em todas as sociedades européias do século XVI envolvidas nas grandes navegações, havia um setor econômico de Portugal Atlântico, comercial e naval. E outro Portugal agrário, rural e terrestre. Em Olinda, há uma união através do projeto de Duarte Coelho. Um empreendimento produtivo agrícola: A cana de açúcar, do mundo atlântico português. Neste sentido o Brasil Atlântico é o prolongamento das Ilhas Atlânticas lusitanas. Sua Expansão e consequência.

Duarte Coelho e os seus travam duras lutas contra a terra e a gente. Lenta progressão. Igaraçu, vila em 1536, não prosperaria devido a solos pobres e manguezais. Olinda, vila em 1537, será a estrela da região. Apenas na década de 50 a várzea do Capibaribe será controlada. O sul de Pernambuco, na década de 70. O número de engenhos é o motor da expansão. Cinco em 1550, trinta em 1570, sessenta e seis em 1584 e cento e quarenta quando da conquista holandesa, motivada por suas riquezas açucareiras (ANDRADE, 1964: 57). Estava lançada a base da Casa Grande e Senzala do Nordeste de Gilberto Freyre. Ou o modo de produção do escravismo colonial de Jacob Gorender. Vasconcellos, um dos cronistas clássicos, afirmava que os tabajaras ajudaram os portugueses na sua luta contra os tapuias, potiguares e os caetés, e que graças a sua ajuda os brancos puderam povoar a costa de Pernambuco (METRAUX, 1928: 17). Tal qual em São Paulo, os tabajaras ou tupiniquins foram aliados indispensáveis na defesa e posterior expansão que a prosperidade

do açúcar concederá ao núcleo pernambucano.

Após a análise de São Paulo e de Pernambuco, que encontram o seu caminho a partir dos seus colonos e índios, uma embrionária sociedade civil, seguramente apoiada no Estado, mas mais civil que outras unidades, como veremos. Será por isso que quase trezentos anos depois, os cursos jurídicos recairão em São Paulo e Olinda? Passemos à seção central.

As Capitânias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo possuíam boas perspectivas e certo desenvolvimento em meados do século XVI. Elementos étnicos tupiniquins garantiriam certas alianças. Porém a seção central do teatro de operações não se desenvolverá. "Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, parte de São Vicente e Santo Amaro pouco diferiram em 1801 do que foram em 1601" (ABREU, 1982: 231). No caso de Ilhéus e Porto Seguro, dada a pouca espessura dos espaços tupiniquins no litoral, irrompem os aimorés. Cabe aqui uma ressalva. Geralmente os aliados indígenas dos europeus, eram os primeiros a sofrer com as violências, a escravidão ou as doenças. Os considerados "dóceis" tupiniquins foram substituídos nas duas Capitânias pelos terríveis tapuias: Os aimorés, povo gê proveniente das elevações do planalto baiano. O novo inimigo ajuda a desorganizar as duas Capitânias. O problema geopolítico estrutural se baseava no fato de que as três Capitânias centrais não conseguiram articular relações nem com a Europa como PE, nem com o sertão como SP. A ausência de economias integradas e a falta de ligações com o interior, apesar de incursões isoladas às chapadas do oeste, obstaculizará o avanço da colonização da seção central, que se torna uma "rua sem saída". Apenas no

século XIX, por exemplo, com as rotas e entradas a partir do São Francisco, se descobrirá que o rio do sertão chamado de Pardo é o mesmo que o Patibe dos litorâneos (ABREU, 1982: 251). Havia as muralhas do Caparaó, do Espinhaço e da Chapada Diamantina. Também há o fator climático e vegetal. Ilhéus e Porto Seguro representam um setor específico dentro do teatro de operações do Brasil Atlântico. O seu Clima é muito úmido, a já chamada Hiléia Sul-baiana. Ao contrário do litoral de Pernambuco de clima do tipo As e Am, em Ilhéus o clima é o Af, propício ao cacau, que chegará no século XIX para colonizar a região. O fracasso econômico gerou a anexação de Ilhéus e Porto Seguro a Bahia. O Espírito Santo permaneceria, como disse Capistrano de Abreu, seria difícil contentar a Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro na partilha.

Após as seções do espaço tupiniquim, Pernambuco, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Paulo, as mais importantes em um primeiro momento, passemos à análise do espaço tupinambá. No Rio Grande do Norte-Paraíba: o potiguar, no norte da Bahia e na Baía de Todos os Santos, no Rio de Janeiro: sede da "Confederação dos Tamoios", e no Maranhão: colonizado pelos tupinambás apenas em meados do século XVI.

"Porque os tupinambás se aliaram constantemente aos franceses e os portugueses tiveram a seu favor os tupiniquins, não consta da história, mas o fato é incontestável e foi importante: durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró (portugueses) ou aos Mair (franceses)" (ABREU, 1982: 63).

As alianças entre os europeus e os índios não excluía confrontos e escravidões entre os aliados, mas na dimen-

são estrutural os indígenas revelaram-se no plano do seu apoio, uma indispensável infra-estrutura à colonização. O confronto brasílico tupiniquim X tupinambá é levado a um plano mais conseqüente e trágico com o confronto português X francês. Portugal se operasse uma aliança estrutural com qualquer grupo indígena, receberia também os seus adversários como inimigos. Os confrontos originais, continuam em proporções maiores, simplesmente ampliando o que já existia na conjuntura anterior ao encontro. A opção portuguesa foi a de apoio aos grandes grupos tupiniquins, atraindo o confronto com os tupinambás.

O peso do Estado português se fará sentir nas violentas guerras. Na Bahia, com o fracasso e a morte de Francisco Pereira Coutinho, há a intervenção do Governo Geral, criado em 1549 na sua existência física, com a fundação de Salvador e a expedição de Tomé de Souza. Mesmo com o apoio de Caramuru, as tropas desembarcam como se fosse uma operação militar (LEITE, 1938: 20). Havia suspeitas frente ao tupinambá, deseja-se impressionar o gentio. Na década de 70 e de 80 ainda há combates no norte da Bahia, no litoral da área do Rio Real contra o tupinambá. Apenas no início do século XVII será possível a viagem terrestre entre a Bahia e Pernambuco (ABREU, 1982: 82).

No Rio de Janeiro, a situação é explosiva e violenta. Se Pero Lopes ainda conhecera a paz, Hans Staden descreve as constantes escaramuças entre os de São Vicente e os tupinambás no litoral entre São Paulo e o Rio de Janeiro na década de 50. A próxima década continua a guerra com a intervenção de Mem de Sá e a destruição da França Antártica. Os combates seguem na Baía de Gua-

nabara com Estácio de Sá e a fundação do Rio de Janeiro, com auxílio dos colonos e índios de São Vicente e do Espírito Santo. O epílogo tupinambá é o massacre em Cabo Frio pelas tropas de Antônio de Salema em 1575. O Rio é uma Capitania Real (ABREU, 1982: 78).

Também são difíceis e lentos os avanços ao norte de Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. As lutas contra o potiguar se arrastariam por décadas. Apenas nas décadas de 80 e 90 a região será pacificada com os núcleos de Filipéia (1585) e Natal (1599). Os franceses são novamente expulsos.

A situação é de intensos conflitos e violências na conquista portuguesa do teatro de operações do Brasil Atlântico. O modo de produção escravista desde o início organiza práticas de captura e venda de índios como escravos. O elevado número de degredados e criminosos entre os quadros sociais portugueses, verdadeira escumalha bem representativa, elaboravam situações realmente "bárbaras". Por exemplo, na região do Cabo de São Tomé, na Capitania de Pero de Góis, a colonização foi sustada devido a ataques indígenas, motivados pelo rapto de índios aliados por parte de elementos provenientes do Espírito Santo (CORTESÃO, 1969: 99).

Outras vezes, os próprios índios atacavam os portugueses sem que estes não lhes tivessem feito nenhuma injúria, afirmava Nóbrega (LEITE, 1940: 76). A questão da manutenção da ordem e da cidadania eram problemáticas no período colonial. O controle por parte de Portugal do teatro de operações no final do século XVI atendia alguns critérios. Ao norte, o Cabo de São Roque tinha sido atingido, ao sul, as duvidosas fronteiras de Tordesilhas não tinham sido ultrapassadas. O Brasil seria em 1600 o

equivalente ao mapa de Kunstmann III, do Cabo de São Roque até Cananéia. Apenas alguns pontos, os mais estratégicos da costa estavam ocupados. Importantes lacunas seguiam desocupadas como o espaço dos goitacazes no Cabo de São Tomé. "Quem mais contribuiu para este domínio e para a pacificação final foram os próprios índios", afirma Georg Friederici (1967: 171). As Armadas e os recursos portugueses quase sempre são minoritários nas expedições conquistadoras contra os próprios índios.

A conquista e a colonização da costa leste-oeste será uma obra basicamente proveniente do Brasil Atlântico, feita por "brasileiros". A navegação do Rio Grande do Norte até o Pará é muito difícil devido aos ventos contrários e a calmaria equatorial. Ao menor descuido, um navio a vela é jogado ao norte, nas Antilhas. Tal aconteceu com Estevão Fróis em 1514, com elementos da expedição enviada por João de Barros e mesmo com Martim Soares Moreno quando da conquista do Maranhão. A Costa é arenosa da Ponta Calcanhar, até os litorais cearenses e os "lençóis" maranhenses. Seguem-se as "bocas" do Amazonas. Após o estabelecimento no litoral cearense em torno de 1611, o Maranhão será ocupado, em São Luís, os franceses novamente serão batidos em 1615. Belém do Pará é criada em 1616. Desta base, intercessão entre os teatros de operações da Costa leste-oeste e da Amazônia, os portugueses conquistarão o Rio Amazonas e varrerão os holandeses e os ingleses da área. Pedro de Teixeira fará sua viagem até Quito em 1637, tomando posse do Amazonas. A criação do Estado do Maranhão em 1621 era o sinal de que os teatros de operações da Costa leste-oeste e da Amazônia, colonizados a partir do

progresso do Brasil Atlântico-açucareiro era uma realidade.

A própria intervenção holandesa de 1624 até 1654 está inserida na guerra mundial entre os Ibéricos e os nórdicos. A guerra de guerrilhas travada na seção norte do teatro de operações atlântico, esforço basicamente de brasileiros, mostrava que o Brasil já é uma realidade interna. Esta pode ser considerada uma "guerra de libertação nacional", semelhante em alguns traços as guerras da descolonização do século XX. Portugal readquire sua independência em 1640, e o Brasil Atlântico será a sua garantia e sustentáculo financeiro. Os nossos retomam Angola e São Tomé em 1648 a partir do Brasil Atlântico. Com a derrota holandesa a vista, estes fundam a Colônia do Cabo em 1652, como apoio para as suas rotas na Ásia.

Após as guerras holandesas, a ocupação do teatro de operações das caatingas é completada. Este outro nordeste da pecuária se estende desde Pastos Bons no Maranhão, até o vale do São Francisco ao sul, passando pelo Piauí, Ceará e se comunicando com o Brasil Atlântico da seção norte através do agreste nordestino que se comunica com a Zona da Mata. O sertão é basicamente o semi-árido. Nas seções orientais do teatro de operações das caatingas, as populações cariris oferecem grande resistência mas são derrotadas e parcialmente incorporadas nas atividades da pecuária (ABREU, 1982: 131-134). O complexo açucareiro necessita da pecuária.

Na seção sul do teatro de operações costeiro, o núcleo de São Vicente-São Paulo avança para o centro-sul do continente. A calha sul do Brasil Atlântico é colonizada com o seu apoio. Itanhaém (1561), Cananéia (1600), São Sebastião (1636), Ubatuba (1637), Iguape (1665),

Paranaguá (1653), São Francisco do Sul (1660) e os núcleos da Ilha de Santa Catarina e Laguna, formados por vicentistas ainda em meados do século XVII. Assim são alcançados os limites meridionais do teatro costeiro da floresta. Laguna é a última obra atlântica colonizada por vicentistas. Para o sul, entrando-se em outro teatro de operações, virão os brasileiros e o seu Estado, para tarefas mais pesadas. O lema de Laguna seria: *AD MERIDIEM BRASILIAM DUXI*, ao sul conduzi o Brasil.

No planalto e em seus arredores, surge a primeira rede urbana do interior. Pobre, porém garantida pela escravidão indígena e pelo vigor da policultura, reforçada por eventuais atividades mineradoras. A sua evolução é a prova de seu crescimento material. Mogi da Cruzes (1611), Parnaíba (1625), Taubaté (1645), Guaratinguetá (1651), Jacareí (1653), Itu (1653), Jundiaí (1655) e Sorocaba (1661). Curitiba surge em 1693 ligada a Paranaguá (AZEVEDO, 1970: 131-134). Esta rede urbana paulista desempenhará decisivo papel geopolítico no centro-sul brasileiro, de cujo destino depende. O seu grande drama é que seu crescimento produz relativa abundância de valores de uso, o que garante a vida material. Mas é uma sociedade terrivelmente carente de valores de troca, de produtos comercializáveis. O planalto de São Paulo é uma área entre o Brasil Atlântico, o Interior Continental e o planalto meridional, uma área com um estatuto espacial específico. Mas de certa maneira relacionado com o mundo atlântico e com os seus mercados, ao contrário de sua semelhante: Assunção. A fome de valores de troca será proporcional ao expansionismo paulista. Este valor de troca nos séculos XVI e XVII são os escravos índios, que ainda têm a vantagem

de serem semoventes. São Paulo também se articula com o mundo atlântico através de certa economia de abastecimento (MONTEIRO, 1985). O que aponta para o fato de que o Brasil sempre possuiu alguma unidade econômica.

São Paulo será a vanguarda da sociedade brasileira frente ao sertão. Como na Costa leste-oeste, na Amazônia e nas caatingas, também o interior continental e o planalto meridional serão conquistados por brasileiros. Como afirma Friederici: "a conquista da América para a Europa foi realizada pelos americanos" (FRIEDERICI, 1967: 200).

Há no centro-sul do Brasil a questão dos Guaranis. Como no litoral os tupinambás tiveram a sua questão. Se houve certa aliança entre os grupos, os guaranis terão certo relacionamento com os espanhóis. Como as alianças entre europeus e indígenas é um tema complexo, muitas vezes entendido no sentido estrutural da longa duração. A guerra portugueses-tupiniquins X franceses-tupinambás ocorre em meados do século XVI e XVII, a guerra portugueses-tupis (tupiniquins) X espanhóis-guaranis irá do século XVII até o século XIX.

Há três momentos dentro desta guerra de longa duração. A primeira fase começa com as incursões contra os carijós (guaranis) do oeste e litoral sul, e seu climax são as grandes bandeiras de 1607-1640 contra Guairá, Itatins e Tapes. As reduções, as povoações espanholas e as suas formações são destruídas. As crueldades são cometidas pelos portugueses e tupis contra os guaranis. Os jesuítas geralmente são poupados. Relatam os Padres Mancilla e Masseta: Na bandeira que sai em agosto de 1628 de São Paulo, com 900 portugueses e 2200 índios, inclusive juizes e vereadores (a

bandeira é a sociedade política em movimento),

"no menos es la crueldade de los tupis, que de sus amos y que no menos merecem ser castigados ellos que los portugueses, no solamente por las crueldades, que cometen quando van en compañía destes salteadores sus amos, sino también, y mucho mas quando ellos los envian solos a saltear, y a captivar yndios ..." (DE ANGELIS, 1951: 328).

O segundo momento é a Guerra Guaranítica ou o levante dos Tapes, na década de 50 do século XVIII. Os sete Povos, Tiaraju, Caiboaté e o abandono dos guaranis pelos espanhóis. O terceiro e conclusivo episódio é a guerra do Paraguai, de 1865-1870. A guerra total alcança o próprio centro do mundo guarani. A política expansionista de Lopez é o gatilho de verdadeiras placas subjacentes em oposição. Somente entenderemos a guerra e a tragédia com referência à longa duração, às obstinações e aos destinos em jogo. A conjuntura é a ponta do iceberg, as pesadas estruturas o seu centro de gravidade. Infelizmente não haveria acordos possíveis. Quando Assunção queima em 1869, as suas cinzas são semelhantes as das reduções em 1629. Pouco restará do Paraguai enquanto ameaça geopolítica.

Nos três momentos, três momentos de expansão da economia atlântica. O açúcar e a guerra contra a Holanda no século XVII, o ouro interiorano no século XVII e a explosão de Tordesilhas e o café do 2o. Império na região da capital. No século XVIII consolidam-se as economias interioranas de alta produtividade com o ouro, sua razão de ser. As montanhas de Minas Gerais e de Goiás e as áreas de Mato Grosso são incorporadas ao Brasil, a Portugal e a economia-

mundo. O interior Continental é estruturado pelas montanhas de Minas Gerais que a oeste anunciam os vastos cerrados do Brasil Central, que alcançam até o grande Pantanal de Mato Grosso. Com o ouro há uma injeção interior de populações e atividades, a grande riqueza real. Outra consequência geopolítica das economias mineradoras é a penetração no teatro de operações dos Pampas. A formação de uma forte demanda de animais de transporte e gado para as regiões mineradoras, um dos pré-requisitos para o seu funcionamento interiorano, correspondeu a criação de rotas terrestres e caminhos entre o amplo reservatório animal dos Pampas para o Brasil, passando pelo planalto meridional, por Curitiba, Sorocaba, São Paulo e Minas. O caminho do Viamão consolida e viabiliza a ocupação brasileira do Rio Grande do Sul, cuja dinâmica surge como consequência de Minas Gerais. A colônia do Sacramento, anteriormente fundada em 1680, pertence mais a geopolítica do Estado Imperial Lusitano (ao modelo de Goa e Macau), do que a geopolítica da sociedade civil brasileira. Sacramento só vive dos negócios marítimos e do contrabando, estando isolada do Brasil.

A unidade do Brasil é uma consequência da longa duração. Esta é formada a partir da estruturação do Brasil Atlântico, o primeiro Brasil, o da Costa norte-sul e do anexo do planalto de São Paulo. A partir do século XVII, esta matriz original conquista e incorpora a Costa leste-oeste, a Amazônia, as caatingas, o Interior Continental, o Planalto Meridional e finca suas fronteiras sobre os Pampas. O Brasil do século XVI é a coluna lateral da história territorial do país. Seu eixo de ligação e formação.

A unidade humana original do Brasil é o bloco luso-tupi-africano. Também se

forma lentamente na construção de sua ordem étnica e social, certamente desigual, mas é uma certa unidade.

"E é significativo que a colonização portuguesa não se tenha firmado ou prosperado muito fora das regiões antes povoadas pelos indígenas da língua-geral. Estes dir-se-ia que apenas prepararam terreno para a conquista lusitana. Onde a expansão dos Tupi sofria um hiato, interrompia-se também a colonização branca, salvo em casos excepcionais," (HOLANDA, 1963: 100).

Mil outros exemplos. Há uma paisagem humana do Brasil Atlântico Colonial. Rubens Araújo, ao descrever a malfadada expedição de Manuel Lobo para a criação de Sacramento em 1680, relata o seguinte episódio após o naufrágio do grupo do General Jorge Soares Macedo, quando um grupo de cavaleiros Tapes os encontra no estuário do Prata e perguntam quem eram eles: "A pergunta era desnecessária: brancos, a pé, acompanhados de tupis e negros, naquelas paragens, só podiam ser portugueses" (ARAÚJO, 1990: 200). Desde o século XVII já há identidade do bloco étnico colonial dos brasileiros fora do seu original teatro de operações. Se esta realidade de longa duração possui uma existência específica dentro do espaço, como tal deve possuir fronteiras. "Um teste essencial: A fronteira", "limites e fronteiras têm vida longa" (BRAUDEL, 1989: 260-261). Também no Brasil. Algumas das principais fronteiras internas no Brasil são muito arcaicas, existindo muito antes de Cabral. A fronteira entre o Paraná e São Paulo, era a fronteira entre os tupis e os carijós nas alturas de Cananéia. Também o Rio Paranapanema é reconhecido por arqueólogos como Pedro Schmitz, como um rio "que é o limite para muitos outros fenômenos culturais", e mesmo em relação a divisão espacial entre tradições cerâmicas, relata o ar-

queólogo: "Estou percebendo, como um limite ambiental, que vai ser um limite cultural, a divisa entre o Paraná e São Paulo" (SCHMITZ, 1980a: 108-109). Também Ondemar Dias ao pesquisar tradições ceramistas arqueológicas, supõem que

"as fronteiras atuais entre Minas Gerais, Goiás e o estado do Rio de Janeiro têm razões históricas muito mais profundas do que podíamos imaginar" (DIAS, 1980: 23).

As diferenças entre tupis e guaranis são muito mais antigas do que a chegada dos europeus (SCHMITZ, 1980b: 52). Poderíamos perceber que as fronteiras entre vários estados atuais, já possuíam certa expressão no século XVI, antes de Cabral. Rio de Janeiro-São Paulo. Pernambuco com Alagoas (caetés), e com a Paraíba-Rio Grande do Norte (potiguares). E assim por diante. Resquícios de um Brasil arcaico.

Na composição étnica da população brasileira, resultante da conquista e colonização, há outra questão mal resolvida: Os tapuias. Neste aspecto encontramos oposições sociais profundas. Como nos tupinambás e nos guaranis. Os Tapuias, genericamente o tronco Macro-gê, não será suficientemente integrado. Se a luta de classes pode ser institucionalizada, e esta institucionalização é o seu processo político, a luta "civilizatória" não se resolve facilmente. Aí estariam alguns dos grandes episódios da história brasileira, que só podem ser percebidos a lenta luz da longa duração. Os grandes massacres e tragédias da história do Brasil vinculariam-se a estes processos.

No teatro de operações da Caatinga, defrontaram-se os colonizadores com populações cariris. "A sua resistência foi terrível, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país"

(ABREU, 1982: 233). Alguns são semi-incorporados a pecuária ou simplesmente aldeados. Basta um momento favorável na superfície, e esta realidade emerge. Quando da transição do Império para a República, surge a "Guerra de Canudos". Este bizarro acontecimento seria um protesto revelador da incapacidade de integração de grupos sertanejos à ordem e progresso nacional. O sintoma imediato é a questão religiosa e econômica. Mas seria um problema de longa duração? O seu maior intérprete, Euclides da Cunha, no seu livro, *Os Sertões*, na parte do Homem, responderia a questão. Ao comentar as origens da população mestiça das caatingas do Vasa-Barris.

"Aí, nesse trecho do pátrio território, aliás dos mais ingratos, onde outrora se refugiaram os perseguidos destroços dos Orizes, Procás e Cariris, de novo aparecem, designando os lugares, os nomes bárbaros de procedência tapuia, que nem o português nem o tupi logrou suplantar" (CUNHA, 1956: 95).

Voltaria a questão tapuia durante a "Guerra do Fim do Mundo"?

No sul, o problema do Contestado é o mesmo. Populações à margem, em uma região de origem gê, ou tapuias no planalto meridional também se levantarão quando da transição entre o modelo republicano e o monárquico. Certamente que a pressão sobre as terras devolutas por parte das oligarquias estaduais e dos grupos capitalistas é essencial. Mas também haveria uma história arcaica que embasaria esta realidade social, de populações abandonadas da ordem política, econômica e étnica original dominante. Desde Cabeza de Vaca que atravessou o Paraná no século XVI, que aquele era um refúgio gê, evitado pelos caminhos

guaranis. Rio Branco assim o afirma em relação ao século XVII (RIO BRANCO, 1945: 189).

Ainda um exemplo. A Amazônia, esta região conquistada a partir do Brasil Atlântico, tantas vezes despovoada. Logo após a conquista do Maranhão e do Pará, a violenta investida contra os tupinambás e os tapuias da região, que na expedição de Bento Maciel Parente teria de acordo com um cronista, eliminado ou submetido quinhentos mil índios, ilustra mais um momento (FERNANDES 1989: 47). Durante a Regência, quando o Estado se fragiliza e as regiões colonizadas pelo Brasil se insurgem, ocorre no Pará a Cabanagem. Este episódio, ao contrário da Farroupilha, foi uma verdadeira guerra civil. O seu agente social básico foram os "tapuios", massas indígenas semi-mestiçadas e semi-integradas que promovem guerra aos brancos e aos negros. Os tapuios tinham uma relação com as antigas populações índias tapuias (MOREIRA NETO, 1988).

Em todos os casos a resposta do Estado brasileiro é a guerra total. Mas a resistência também se quer total. Eis o drama da luta de "civilizações". Não há como recuar, não há esta opção. Os guaranis e Lopez poderiam ter negociado um tratado após a derrota em Uruguaiana, Antônio Conselheiro e os sertanejos poderiam negociar após a primeira expedição, os cabanos poderiam ter uma política de aliança com os escravos negros, enfim, não tiveram. Seria possível? Ou a luta de blocos históricos só pode ser a guerra total, com as suas seqüências que deixam o observador de superfície perplexo com a dureza das posições! A luta de classes é a opção de grupos integrados, como os negros. Desenraizados e socializados,

com as suas seqüências que deixam o observador de superfície perplexo com a dureza das posições! A luta de classes é a opção de grupos integrados, como os negros. Desenraizados e socializados, estes promovem a resistência do cotidiano, paciente a atuante. Lutam ao lado dos brancos contra os seus inimigos. Nas monções contra os terríveis paiaguás, na Guerra do Paraguai contra os guaranis. Mas, mesmo assim há grandes "motins", como em Palmares, aí entramos na outra categoria, a Guerra Total. E quem a derrota senão os "tupiados" mamelucos paulistas!

É lenta a construção da sociedade brasileira. Graduais bases espaciais, sociais, econômicas, políticas, culturais e técnicas são lentamente lançadas. A história profunda necessita de espessura

para a sua compreensão integral. Uma ordem política existe tanto como uma ordem social de longa duração.

O Brasil Atlântico, fruto da conquista e colonização, será excelente conquistador e colonizador. A pecuária das caatingas, e o ouro do interior continental não existiriam sem a estruturação do Brasil Atlântico. Sem as bases materiais e demográficas do Brasil do século XIX, não teria sido possível o ciclo do café. Sem o ciclo do café, não teria sido possível o Brasil urbano-industrial do século XX em suas proporções. A melhor maneira de se compreender a sociedade é através de uma perspectiva de conjunto. Para os fenômenos de conjunto é preciso incursionar nas dimensões de longa duração.

Ricardo Costa de Oliveira é graduado em Ciências Sociais pela UFRJ, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Londres e professor de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da UFPR.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. (1982). *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

ANDRADE, Manuel Correia de. (1964). *A terra e o homem no nordeste*. Brasilense.

ARAÚJO, Rubens Vidal de. (1990). *Os jesuítas dos Sete Povos*. Canoas La Salle.

AZEVEDO, Haroldo de. (1970). *Brasil. A terra e o homem*. São Paulo, Companhia Editora Nacional - Edusp.

BECKER, Itala. (1984). *El indio y la colonización. Chamas y minuanes*. Instituto Andrietano de Pesquisas. Antropologia, nº 37.

BOXER, C. R. (1981). *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa, Edições 70.

BRAUDEL, Fernand. (1979). *Le temps du monde*. Paris, Armand Colin.

BRAUDEL, Fernand. (1988). *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo, Martins Fontes.

- BRAUDEL, Fernand. (1989). *A identidade da França*. São Paulo, Globo. Vol. II.
- CHMYZ, Igor. (1986). *A pré-história paranaense*. In: História do Paraná - idéias em debate. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná, nº 5.
- CORTESÃO, Jaime. (1955). *A fundação de São Paulo. Capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal.
- CORTESÃO, Jaime. (1965). *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco.
- CORTESÃO, Jaime. (1969). *A colonização do Brasil*. Lisboa, Portugalia.
- COUTINHO, Wilson. (1992). "O almirante no tribunal. Idéias, livros e ensaios". *Jornal do Brasil*, 11/04/1992.
- CUNHA, Euclides da. (1956). *Os Sertões*. 24ª ed.
- DE ANGELIS. (1951). *Manuscritos da Coleção*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional
- DIAS, Ondemar (1980). *Anuário de Divulgação Científica No. 9. Temas de Arqueologia Brasileira 5. Os Cultivadores do Planalto e do Litoral*. Universidade Católica de Goiás.
- FERNANDES, Florestan. (1989). *A organização social dos Tupinambás*. Brasília, Hucitec - Editora Universidade de Brasília.
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Lisboa, Livros do Brasil Ltda.
- FRIEDERICI, George. (1967). *Caráter da descoberta e conquista da América pelos europeus*. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. (1965). *Tratado da provincia do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. (1990). *Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar*. Lisboa, Difel.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1963). *Raízes do Brasil*. 4ª ed. Brasília, Editora da UNB.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). (1968). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. São Paulo. Difel. Tomo I.
- LEITE, Serafim. (1938). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Portugália - Civilização Brasileira.
- LEITE, Serafim. (1940). *Novas cartas jesuíticas de Nóbrega a Vieira*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional.
- LERY, Jean de. (1951). *Viagem à Terra do Brasil*. Rio de Janeiro, Martins Editora.
- MAGALHÃES, Basílio de. (1953). *O açúcar nos primórdios do Brasil colonial*. Rio de Janeiro. Edição do IAA.
- MAURO, Frédéric. (1977). *Le Brésil du XV^{ème} à la fin du XVIII^{ème} siècle*. Paris. S.E.D.E.S.
- MCNELL, Robert; MCCRUM, Robert; CRAN, Willian. (1986). *The Story of English*. Londres, Faber-BBC Publications.
- METRAUX, Alfred. (1927). *Migrations historiques des tupi-guarani*. Paris, Librairie Orientale et Americaine.
- METRAUX, Alfred. (1928). *La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*. Paris, Librairie Orientaliste Paul Genthner.
- MONTEIRO, John. (1985). *São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society*. Chicago, University of Chicago.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. (1988). *Índios da Amazônia*. Petrópolis, Vozes.

- NIMER, Edimon. (1990). *Clima em geografia do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE. Vol. 2: Região Sul.
- PINTADO, Manuel. (1985). *Insight Gindes*. Malaysia APA Productions (HK) LTD.
- PINTO, Estevão (1935). *Os indígenas do Nordeste*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1957). *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense.
- RAEDERS, Georges. (1988). *O inimigo cordial do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e terra.
- RIO BRANCO, Barão do (1945). *Questões de Limites. República Argentina*. Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional.
- SALVADOR, José Gonçalves. (1978). *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo, Pioneira-MEC.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. (1980a). *Anuário de divulgação Científica nº 6. Terras de Arqueologia Brasileira 2 Arcaico do Interior*. Universidade Católica de Goiás.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. (1980b). *Anuário de Divulgação Científica nº 9. Temas de Arqueologia Brasileira 5. Os Cultivadores do Planalto e do Litoral*. Universidade Católica de Goiás.
- SOUZA, Gabriel Soares de. (1987). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 5ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- VEJA, São Paulo, nº 1204, 16/10/1991.
- VELOSO, Henrique; RANGEL FILHO, Antonio; LIMA, Jorge. (1991). *Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro, IBGE.

